

RELER A IDADE MÉDIA – REPENSAR OS ESTUDOS MEDIEVAIS

Ria *LEMAIRE*¹

Combinar, em um congresso só, literatura medieval, questões de gênero e o tema poesia e oralidade, teria sido considerado pelos especialistas acadêmicos de literatura medieval, – há poucos anos atrás ainda -, uma grave afronta não científica e grosseira.

A historiografia da literatura medieval convencional sendo rigidamente viricêntrica, scriptocêntrica e nacionalista e tendo como atividade central, – nobre –, a edição crítica dos textos conservados nos manuscritos medievais, baseia-se no pressuposto da origem épica, masculina dessa literatura, na primazia do texto épico e na existência de um texto original, de autoria masculina, escrito no sentido moderno da palavra e texto fundador do Estado-Nação em cuja língua, nacional, ele foi “escrito”.

As leituras/interpretações convencionais dos textos medievais estão baseadas nesses pressupostos que as discussões pós-modernistas aos poucos desmascararam e continuam desmascarando por serem cientificamente inválidos, preconceitos em vez de pressupostos.

A possibilidade que se oferece, no início do século XXI, de já combinar os resultados das releituras críticas feitas a partir de uma das visões críticas que estão por trás da proposta do congresso (viricentrismo, scriptocentrismo), abre o caminho para uma tarefa urgente e fascinante, a saber, a de reler e reinterpretar não só os próprios textos, como também a sua historiografia oficial e, a partir daí, de questionar as práticas, métodos e teorias de edição crítica do texto medieval por serem fundamentalmente ideológicos e mutiladores da realidade, da história e dos próprios textos medievais.

1. *Um paradigma obsoleto*

Um dos maiores e mais influentes poetas do século XX – tanto nacional quanto internacionalmente -, foi uma mulher, a poeta norteamericana Adrienne Rich (1929-2012). Poeta, ensaísta e feminista, o seu pensamento marcou profundamente a segunda parte do século XX. São dela as palavras que me permitem ilustrar a relevância do 3o Seminário de Estudos Medievais da Paraíba cujo objetivo é o da *revision*/releitura do texto medieval: “Revision – the art of looking back, of seeing with fresh eyes, of entering an old text from a new critical dimension, is for women more than a chapter in cultural history: it is an act of survival.”.

Lançado no momento em que nasceram os estudos de mulher, nos anos setenta do século passado, esse desafio radical e radicalmente crítico, como é o pensamento de Adrienne Rich, hoje em dia, mais de quarenta anos mais tarde, tornou-se uma necessidade incontornável para o campo todo dos estudos de Letras e para os da Idade Média em particular. Os pressupostos do seu discurso convencional tendo sido desmascarados como falsos, como preconceitos, através do questionamento pós-moderno do seu universalismo, viricentrismo, eurocentrismo, etnocentrismo, scriptocentrismo e nacionalismo, todos esses questionamentos convergem hoje em dia na consciência de que as práticas, métodos e teorias convencionais são obsoletos e que é essa convergência de vozes e visões críticas tão variadas que permitirá pensar e realizar a

¹ Professora da Universidade de Poitiers, na França e responsável pelo Centro Raymond Cantel de Literatura de Cordel na mesma Universidade.

mudança radical de paradigma – ato de sobrevivência - de uma ciência que inventou e propagou nos séculos XIX e XX um lindo mito que conta uma Idade Média que nunca existiu, um mito único cujas variantes funcionam como mitos fundadores dos estados-nações europeus e primeiro capítulo das histórias das suas literaturas nacionais.

A deformação e mitificação dos textos e da história da Idade Média foram denunciadas, desde os anos 80, por grandes medievistas eruditos², tais como Paul Zumthor em línguas românicas, e Durant Waite Robertson no mundo anglófono. Anatematizados com muito desprezo e agressividade verbal pela imensa maioria dos seus colegas medievistas do mundo inteiro, Robertson e Zumthor publicaram no mesmo ano, em 1980, textos que apontavam o caráter pouco científico da ciência da Idade Média, denunciando as deformações e mutilações da realidade e do texto medieval³, produtos de uma ciência que impede e oculta o acesso a esse texto e à sua compreensão, como escreveu, na altura, Robertson a respeito do amor cortês, um dos tópicos-ícones dos estudos de literatura medieval:

The study of courtly love, if it belongs anywhere, should be conducted only as an aspect of nineteenth and twentieth century cultural history. The subject has nothing to do with the Middle Ages, and its use as a governing concept can only be an impediment to our understanding of medieval texts. (1980: 272)

A denúncia formulada por Robertson foi rejeitada pelos colegas medievistas com raiva e indignação, mas não conseguiu asfixiar um pensamento que ia, aos poucos, fazer o seu caminho na paisagem pós-moderna. Recentemente, a revista de estudos da literatura medieval flamenga/holandesa, *Madoc*, saiu com o título de *De valse Middeleeuwen*⁴. Trata-se de um número temático que inclui, além de artigos sobre falsificações ocorridas na Idade Média, contribuições dedicadas às falsificações dos documentos medievais pelos eruditos e intelectuais especialistas de literatura medieval desde a época do Romantismo e dentro do contexto de políticas nacionalistas. São elas que vêm reforçar as vozes críticas de Zumthor, Robertson e outros que surgiram desde os anos oitenta, ao denunciarem a falsa “ordem do discurso”⁵ dos estudos medievais, tradicionalmente considerados a parte mais nobre, objetiva e universal dos estudos de Letras.

2. O novo paradigma

O novo paradigma medievalista constrói-se em torno de novos pressupostos que são produtos dos grandes debates pós-modernistas internacionais que abalam, desconstrõem e invalidam radicalmente o discurso e o ideário que se instalaram, finais do século XIX, nas

² Paul ZUMTHOR, *Parler du Moyen Age*, Paris, Minuit, 1980 e D.W. ROBERTSON, *Essays in Medieval Culture*, Princeton U.P., Princeton, 1980

³ Como já estava fazendo, desde os anos sessenta, Eric HAVELOCK no campo dos estudos da literatura da Antiguidade grega.

⁴ MADOC-tijdschrift over de Middeleeuwen, número temático *De valse Middeleeuwen*, ano 28, 4, 2014.

⁵ *Ordem do discurso* no sentido crítico em que Michel FOUCAULT introduziu o termo em *L'ordre du discours*, Paris, PUF, 1970, quer dizer, como instrumento que permite impor uma “verdade” única e oficial e excluir, marginalizar toda e qualquer voz crítica ou opinião divergente.

universidades com a criação dos departamentos de Letras e Literaturas das Línguas Nacionais. Além da crítica do seu universalismo arrogante e pretencioso, são três debates críticos que vieram sucessivamente trazer os pressupostos para a construção de um novo paradigma, mais científico e menos preconceituoso, a saber, o do scriptocentrismo que começou desde os anos sessenta, o do viricentrismo, a partir dos anos setenta, e o do seu nacionalismo, debate que chegou no auge nos anos oitenta. Associados a novos tipos de estudos interdisciplinares, tais como os estudos culturais e a história das tecnologias da informação e da comunicação, eles permitem hoje em dia reler o discurso convencional sobre a Idade Média como parte integrante de um mito que conta um passado longínquo, heróico e venerável, único e nacional; um mito que pertence ao gênero literário do mito fundador, ou seja, uma narrativa das origens inventadas, propagada pelos intelectuais dos séculos XIX e XX como suporte ideológico, legitimação e justificação da violência do processo político da formação dos Estados-Nações e ensinado através do ensino formal como verdade, cientificamente provada, sobre as origens da Nação.

3. *Orality and literacy*

De todos esses debates pós-modernos, o que mais profundamente afetou e desconstruiu o discurso medievista convencional foi o debate sobre *orality and literacy*⁶, oralidade e escrita, debate que já começou nos anos sessenta. Trouxe para o palco do mundo acadêmico a oralidade e a poesia oral como fontes das literaturas medievais nacionais, ao afirmar que essas literaturas não podem ser consideradas "escritas", como as apresenta a sua historiografia oficial, ao fazer delas o primeiro capítulo das literaturas nacionais. Trata-se, na verdade, de conjuntos de textos e manuscritos que não foram escritos no sentido moderno da palavra. Bem pelo contrário, esses textos manuscritos transcrevem vozes que falavam, declamavam, cantavam ou ditavam. Foi essa a tese que Paul Zumthor ia, a partir de 1980, elaborar sistematicamente para a literatura medieval em línguas românicas⁷. A nova visão traz um novo paradigma científico que permite descobrir uma Idade Média completamente diferente. Vejamos só, para ilustrar essa afirmação, o exemplo do fenômeno da repetição, omnipresente nos textos medievais.

O discurso convencional qualifica-a como "recurso estilístico". Geralmente mal vista dentro dos códigos e critérios da literatura do cânone, ela é avaliada como "erro" e desaprovada como inculta ou primitiva. Na verdade, vista com as lentes diferentes que trouxe o debate sobre oralidade e escrita, de repente, a repetição se redescobre como sendo a estratégia discursiva básica, rítmica das civilizações da oralidade; uma estratégia inteligente e eficaz para lidar com uma situação cultural em que o conhecimento e a memória só podem sobreviver graças à transmissão oral, ou seja, por repetição, memorização, reinvenção e recriação contínuas⁸.

A consciência da omnipresença da voz humana como base e fonte do texto medieval foi com certeza a conquista maior do pensamento crítico no campo dos estudos medievais. Ela está

⁶ Para uma síntese do debate, leia-se Walter ONG, *Orality and Literacy-the Technologizing of the Word*, Londres, Methuen, 1982. A tradução brasileira propõe *oralidade e escrita*, em português de Portugal é *oralidade e literacia*.

⁷ Paul ZUMTHOR, *Parler du Moyen Age* em 1980, *Introduction à la poésie orale* em 1983, *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale* em 1984.

⁸ Como a repetição da conjunção 'e' (no Brasil também 'e aí') no início do verso oral e das frases dos contadores, qualificada como simples e primitiva pelos literatos, e que, de fato, é uma estratégia respiratória, discursiva eficaz e bem econômica para marcar o fim de uma frase e o começo de outra, que é exatamente a mesma função discursiva que a combinação do ponto e majúscula na linguagem escrita.

presente triunfalmente nos dois primeiros volumes da grande e recente (sétima) *Historia da Literatura holandesa*. O volume que conta os começos tem o título *Stemmen op Schrift*, - vozes transcritas -. Vai até 1300, ao passo que o segundo volume, *Het gevleugelde woord* - a palavra alada -, vai até 1560.⁹ O pressuposto dos dois volumes é o do novo paradigma, proposto por Paul Zumthor, o de essas literaturas serem produtos de um longo e lento processo de transição da oralidade para formas cada vez mais escritas no sentido atual da palavra, só chegando a formas de "escrita" modernas nos séculos XVI - XVII. São esses dois novos pressupostos, o da presença da voz como base e fonte e o da transição lenta e progressiva, que vão ter consequências inéditas e fundamentais para a leitura e releitura do texto medieval que a ciência oficial transformou num pesado palimpsesto que só inúmeras releituras críticas vão poder libertar de camadas de significações falsas, inventadas para servir objetivos e interesses que não eram os da procura da verdade sobre a Idade Média e a literatura medieval.

4. *Estudos de gênero*

O segundo pressuposto novo é produto do debate que trouxeram na paisagem pós-moderna o feminismo que começou nos anos setenta e os estudos de gênero. Para a Idade Média o questionamento se centra tanto na ausência da mulher como agente/criadora cultural e literária, escamoteada e silenciada pela historiografia oficial, como no questionamento das práticas de edição textual e da tradição interpretativa dos textos. Como no caso da redescoberta da oralidade como base da literatura medieval, a redescoberta da mulher-autora como fonte dela trouxe novas possibilidades de leitura e através delas uma *revision*/releitura da tradição interpretativa oficial, baseada em preconceitos misóginos oito e novecentistas.

Foi essa a minha tese de doutoramento¹⁰ sobre as cantigas de amigo paralelísticas galego-portuguesas, atribuídas a poetas masculinos. A própria possibilidade de ver a literatura medieval como produto da fase inicial da transição da oralidade para a escrita (e a consciência radicalmente nova de que na Idade Média a figura do Autor, escritor no sentido moderno da palavra não existia ainda), permitiu colocar a questão da autoria em geral e a das cantigas em particular de uma maneira radicalmente diferente e levou à redescoberta da mulher jovem como compositora e poeta de canções de trabalho e de dança improvisadas e transcritas, consignadas em cancionários medievais. Cantigas tais como

Bailemos nós já todas tres, ai amigas
So aquestas avelaneiras frolidas
E quen for velida, como nós, velidas
Se amig' amar
So aquestas avelaneiras frolidas
Virá bailar

⁹. Trata-se da sétima história oficial da literatura nacional, publicada a partir de 2006. Frits van OOSTROM, *Stemmen op Schrift- Geschiedenis van de Nederlandse literatuur vanaf het begin tot 1300*, Bert Bakker ed., Amsterdam, 2006 e Herman PLEY, *Het gevleugelde woord – Geschiedenis van de Nederlandse literatuur 1400,- 1560*. Bert Bakker ed., Amsterdam, 2007.

¹⁰ Ria LEMAIRE, *Passions et Positions-contributions à une sémiotique du sujet dans la poésie lyrique en langues romanes*, Ed. Rodopi, Amsterdam/Providence, 1988

que, segundo a historiografia oficial, teriam sido compostas e *escritas* por poetas trovadores, homens que, com uma intuição genial da alma feminina, as teriam posto na boca das mulheres incapazes de as criarem elas próprias, de repente se redescobriram como reminiscências de uma riquíssima tradição indo-europeia de canções de trabalho e dança de jovens mulheres, as amigas/irmãs do grupo de idade dos jovens núbéis.

Uma vez a tese inverossímil e ridícula da autoria masculina das cantigas de amigo paralelísticas invalidada, averiguou-se possível demonstrar que a atribuição dos textos a homens poetas trovadores, permitiu aos literatos dos séculos XIX e XX inventar e ensinar uma tradição interpretativa de mulheres choronas, tristes vítimas passivas de homens infieis, uma tradição que oculta, por inacreditável que possa parecer, o seu verdadeiro conteúdo que é de mulheres jovens – as amigas - sexualmente ativas que cantavam e improvisam essas canções que dizem e repetem tanto aberta quanto metaforicamente o desejo libidinoso e o prazer da sua satisfação.

Comparar essas cantigas da tradição oral galego-portuguesa da tradição com as da canção de mulher indo-europeia permitiu, em seguida, descobrir mulheres jovens, cantadoras-compositoras desse tipo de canções, na Europa e além. Permitiu confirmar que na área da língua galego-portuguesa, como no mundo indo-europeu todo, existiam dois mundos culturais, o dos homens e o das mulheres, e que essa realidade ainda existente na Idade Média (e muito além) foi sistematicamente escamoteada e deformada pelos eruditos dos séculos XIX e XX para poder criar uma historiografia oficial, nacional, baseada num só mundo cultural, o de *homo sapiens* da elite. Essa história inventada, ao situar-se acima e fora da vida das comunidades humanas reais, pela criação de origens escritas e alheias e a construção de uma genealogia de homens escritores geniais desde Homero até hoje, exclui de antemão todo e qualquer controle ou correção baseados na observação da realidade, impedindo qualquer confronto com vozes vivas de mulheres potencialmente abaladores da ordem escrita estabelecida.

5. *A ideologia nacionalista*

O terceiro debate, o que questionou as bases políticas, nacionais e nacionalistas do discurso sobre a Idade Média, chegou no seu auge nos anos oitenta. Trouxe a consciência de que a tradição interpretativa e a historiografia da literatura medieval constituem uma parte integrante do imenso processo ideológico que acompanhou, na Europa do século XIX, a formação política dos Estados-Nações e a lenta e progressiva submissão, anexão e integração no novo espaço nacional das milhares de pequenas *nações* e territórios. Levou à descoberta de que o caráter e o conteúdo dos documentos medievais conservados tinham sido instrumentalizados e falsificados com o objetivo de servirem para objetivos nacionais e nacionalistas, ou seja, a construção de uma história da literatura nacional cujo primeiro capítulo – capítulo fundador – é o dos textos medievais.

Fundamentada nessa nova consciência, está nascendo também uma nova historiografia que desconstrói as bases – e fronteiras - das historiografias nacionais, ao descontextualizar os textos medievais, utilizados nos séculos XIX e XX para redigir a história da literatura nacional, recontextualizando-os no espaço da cultura e da área cultural onde nasceram e evoluíram. Foi publicada, em 2006, uma nova história transfronteiriça da literatura medieval flamengo-holandesa dos séculos X até XVI. Essa nova história abrange o período e os textos dos dois volumes da sétima história nacional holandesa, mas com uma visão radicalmente diferente, e neste sentido não é por acaso que ela foi elaborada e publicada fora do espaço nacional e longe

dos centros do poder político holandês. Com o título *Van der Masen tot op den Rijn*¹¹, essa história apresenta-se como manual dos textos provindos das bacias e margens dos dois rios, Reno e Mosa, que constituíam na Idade Média uma unidade cultural, artística e literária homogênea e que pertencem hoje a três Estados-Nações e histórias literárias diferentes, a saber, Alemanha, Holanda, Bélgica. Esse novo e ao mesmo tempo antigo pensamento, regionalista, pós-nacionalista, muitas vezes transfronteiriço, já está muito forte na Europa de hoje, tanto política quanto culturalmente (a Catalunha, a Frísia, a Escócia, a Bretanha, o País de Gales...).

Dentro deles a Euroregião Galiza/Norte de Portugal, movimento transfronteiriço de regresso às origens e raízes orais das culturas das pequenas *nações* do noroeste ibérico. Restaura a área de língua galego-portuguesa, a bacia do rio Minho, cuja tradição poética oral muito rica foi apropriada pelo Estado-Nação Portugal e transformada pela historiografia nacionalista, no primeiro capítulo da literatura medieval portuguesa escrita¹². Trata-se de áreas culturais cujas fronteiras não são as – oitocentistas – que uma elite política conseguiu impor no processo político da apropriação e anexão, mas as áreas culturais originais, cujas fronteiras eram naturais, geográficas – montanhas, rios –, baseadas numa cultura com raízes arcaicas, patrimônio de séculos de convívio de comunidades humanas ancestrais.

6. *A Idade Média : a disciplina nobre dos estudos de Letras*

As três Histórias da Literatura “holandesa” em questão, todas as três publicadas em 2006, duas ainda nacionais, a terceira já regional, têm uma base comum, sendo que a releitura da história convencional da literatura medieval realiza-se por meio de um regresso às origens orais dessas literaturas, recoloca no palco a voz humana como autora delas. Nesse sentido, elas são também altamente políticas, - as primeiras duas potencialmente, a terceira já explicitamente -, ao abalar as bases da historiografia das literaturas e identidades nacionais. Essa história convencional foi construída na base do pressuposto da existência, na Idade Média, de uma palavra “escrita” no sentido moderno da palavra. Consignada em documentos antiquíssimos, é essa palavra (na verdade, uma voz transcrita) que confere um passado longínquo, quer dizer, estatuto, legitimidade e “verdade” ao poder unificador – na verdade usurpador - do Estado-Nação. E mais, ao atribuir os textos a homens da elite, Autores - escritores e heróis de uma genealogia de gênios da humanidade, esses documentos “escritos”, tornaram-se fundadores, no sentido épico da palavra, da identidade nacional recém construída e ainda mal estabilizada. O processo político violento da unificação acompanhou-se, de fato, de uma violência simbólica,

¹¹ Helmut TERVOOREN, *Van der Masen tot op den Rijn – ein Handbuch zur Geschichte der mittelalterlichen volkssprachlichen Literatur im Raum von Rhein und Maas*, Schmidt Verlag, Berlin 2006

¹² Um triste exemplo de uma edição que, já no século XXI, ignora arrogantemente todos os debates contemporâneos que invalidam as práticas da edição “crítica” de textos medievais e os seus pressupostos nacionalistas e scriptocêntricos saiu, em 2003, na série Obras Clássicas da Literatura Portuguesa pela editora Campo das Letras do Porto com o título *500 Cantigas d'amigo*. Triste também pelo tom prepotente e difamatório que adota o organizador da edição, a exemplo de Joseph Bédier, desde os inícios do século XX, e que se tornou uma triste tradição no campo dos estudos medievais. Logo depois da lista de nomes de trovadores – Autores (por ordem alfabética) que permite ocultar as origens galegas de muitos desses “clássicos da literatura portuguesa”, vem sob forma de nota de rodapé da lista que enumera as edições anteriores, uma rejeição (sem argumento científico nenhum) de uma edição anterior, recente das cantigas de amigo, por uma equipa de pesquisadores galegos : “During the revision of this edition there appeared a self-proclaimed “pirate” version of the whole corpus of Galego-Portuguese Lyric, which lifts the text (though not the critical apparatus) from previous editions of all kinds with no discernible philological criteria. *Lírica Profana Galego-Portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais, con studio biográfico, análise retórica e bibliografia específica* (coord. M. Bréa), 2 vols. Santiago de Compostela, 1996). While apparently convenient, it is marred by myriad errors of all kinds and should be used only with the utmost caution.”

cujas estratégias e manipulações estudos tais como o de Benedict Anderson¹³, intitulado *Imagined Communities* trazem à tona. O regresso à oralidade e às tradições orais, quer dizer, às raízes dos povos, ao seu verdadeiro passado, ao tornar incontornável a desconstrução da história nacional inventada, abrirá e está abrindo já o caminho da redescoberta de milhares de histórias, tanto regionais quanto transfronteiriças.

As lentes do olhar pós-nacionalista permitem enxergar e compreender porque, dentro do campo dos estudos de Letras, os estudos da Idade Média iam ser, em finais do século XIX quando se fundaram os departamentos de Língua e Literatura nacionais, a parte mais nobre, mais prestigiosa desses estudos. São eles que lidam com a alma original, arcaica da nação e com os primeiros testemunhos dela, consignados em manuscritos, compostos de palavras transcritas, as quais, apresentadas como documentos escritos, iam funcionar como provas fidedignas da antiguidade da Nação. Ao metamorfosear esses textos que transcrevem vozes que falavam, cantavam, ditavam em textos "escritos" no sentido moderno da palavra, os seus historiógrafos conseguiram ocultar as suas origens e colocá-los longe das suas verdadeiras fontes, da voz, da experiência da vida e da memória dos povos das pequenas *nações*. Ao atribuí-los a homens escritores nacionais, tornou-se possível inseri-los numa genealogia alheia, a dos grandes autores-escritores e guias da humanidade desde Homero até agora.

Compreendemos melhor porque a atividade científica mais valorizada, a que mais estatuto dá ao especialista de literatura medieval, é a edição crítica dos textos e manuscritos, sendo que é ela que transforma cientificamente a palavra falada e as suas inúmeras variantes em documento escrito único, em prova fidedigna. E compreende-se, de repente, porque a prática científica da edição textual, em si muito valiosa, tomou dentro da tradição dos estudos medievais, feições tão estranhas e tão pouco científicas. Ao basear-se no método da redução das variantes encontradas nos manuscritos a um texto único, na eliminação dessas variantes pela sua classificação como "erros" a serem corrigidos, a prática da edição textual permitiu inventar uma concepção do texto medieval que, vista da perspectiva das tradições orais e do seu funcionamento na fase da transição da oralidade para a escrita, é totalmente inválida e não científica.

O centro dessa vertente da edição textual é o conceito e a procura do *stemma codicum*, a árvore genealógica das obras das quais existem vários manuscritos medievais. O pressuposto é o de existirem dois tipos de manuscritos. De um lado, há os que os filólogos classificam como cópias de outros mais antigos. As diferenças encontradas nas cópias são consideradas erros dentro de uma visão estreitamente scriptocêntrica de um texto original, único, pré-existente; elas têm que ser "corrigidas" para estabelecer o texto princeps. Do outro lado, existem os manuscritos que, sempre na visão dos filólogos, pertencem a uma outra "família" de textos; neste caso o pressuposto é o de que as diferenças indicam o caminho para remontar à origem única, escrita, supostamente a versão melhor e original do texto.

Dentro dessa nova perspectiva, compreendemos melhor porque, no final do século XIX, com a fundação dos departamentos de Letras nas universidades, se tornou necessário aniquilar completamente a memória das verdadeiras raízes culturais dos estudantes – futuros professores da língua, história e literatura nacionais -, cortar radicalmente os seus laços com as culturas dos pais e avós, das pequenas nações de outrora e com os conhecimentos tradicionais da sua comunidade de origem. Como fez o medievista, Joseph Bedier (1864-1938), um dos grandes fundadores dos estudos neo-positivistas da escola francesa que um dia declarou: *La poésie*

¹³ Benedict ANDERSON, *Imagined Communities-Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, New York, 1983

*populaire est un mythe. Le peuple n'a jamais rien créé ; il ne fait que reprendre et imiter ce que créent les centres de civilisation.*¹⁴

A exclusão dos estudos de folclore dos programas dos cursos de Letras e a ridicularização e difamação sistemáticas dos folcloristas e da sua ciência do folclore foram as conseqüências “lógicas” dos objetivos da política do espírito em que se baseava o ensino de Letras cujo objetivo principal era a formação dos professores do ensino secundário que, por sua vez, iriam formar os bons cidadãos da nação. Esse ensino foca só a língua nacional e a história e história da literatura nacionais, ao integrar os escritores selecionados - consagração definitiva e suprema - na genealogia universal dos grandes gênios da humanidade desde Homero até agora.

Desde 1979 Bruce Rosenberg publicou, na prestigiosa revista *Annales*¹⁵ um artigo que analisa objetivamente as diferenças entre a ciência dos folkloristas e a dos literatos; esse estudo mostra bem a importância dos estudos de folclore para o estudo do texto medieval e das suas variantes. Próximos dos estudos de cultura, história e sociologia, os estudos de folclore baseiam-se em pressupostos diferentes que são, dentro da visão do novo paradigma de estudos medievais, bem mais adequados e científicos :

-As tradições orais não são obras de arte no sentido moderno da palavra; elas são uma forma de arte funcional no contexto da divisão do trabalho econômico, social e cultural entre os sexos, grupos de idade e grupos profissionais nas comunidades tradicionais;

-O método da pesquisa é o da pesquisa de campo, da recolha e classificação dos textos e das suas variantes, que permitem isolar temas e motivos para estudá-los dentro de uma perspectiva comparatista e internacional e reuni-los em *Indices*, tais como o Aarne/Thompson¹⁶

-Esses temas e motivos não são estudados verticalmente, hierarquicamente numa filiação (greco-latina e cristã), mas horizontalmente, numa perspectiva internacional e comparatista; o seu quadro interpretativo é o das tradições orais (que mais tarde receberão o nome de *populares*) das pequenas *nações*, cujas origens seriam, na visão dos folcloristas, pré-cristãs;

-Esse estudo comparativo leva à descoberta de uma fonte comum, geralmente indicada como “indo-europeia”. É esse pressuposto da fonte comum que está na base do quadro interpretativo das tradições recolhidas, base sempre frágil, sendo que muitas dessas tradições, depois de séculos de opressão e de intercâmbios com tradições alheias e/ou escritas, são fragmentadas, deturpadas e alteradas.

7. O papel dos intelectuais : a política do espírito

Héréditairement, l'écriture est latine, le mot *grammatica* y réfère expressément. Au latin et aux formes de savoir qu'il perpétue sont liés l'autorité des clercs, leur pouvoir, leur raison d'être. Par contraste les

¹⁴ Citado por E. PIGUET em *L'évolution de la pastourelle du XIIe siècle à nos jours*, Bern/Basel, 1927:175. Tradução : A poesia popular é um mito. O povo nunca criou nada ; o povo só faz é retomar e imitar o que criam os centros da civilização.

¹⁵ Bruce ROSENBERG, ‘ Folkloristes et médiévistes face au texte littéraire : problèmes de méthode’, *Annales(ESC)*, 34, 5 : 943-955

¹⁶ Antti AARNE and Stith THOMPSON, *The Types of the Folktale: a Classification and Bibliography*, 2nd revision, Academia Scientiarum Fennica, Col. FFC 184, Helsinki, 1961. Existe uma edição recente, revista, corrigida e aumentada por Hans-Jorg UTHNER, *The Types of the International Folktales : a Classification and Bibliography Based on the System of Antti Aarne and Stith Thompson*, Academia Scientiarum Fennica, FFC 284-286, Helsinki, 2004

langues vulgaires prononcent les mots que porte la voix profonde, résonnant au coeur de l'expérience vécue; elles portent les paroles fondatrices des communautés réelles.¹⁷ Paul Zumthor (1984:55)

À política da opressão e perseguição concretas, fatuais dos povos das pequenas nações, estará associada, no século XX, uma política intelectual e educacional sistemática, uma "política do espírito" que desde o ensino primário educa as crianças para elas admirarem e aceitarem respeitosamente a cultura escrita e livresca alheia que lhes traz o ensino formal, para desprezarem a cultura dita "popular" dos pais, dos avós e vizinhos da sua comunidade de origem, para ter vergonha da língua, das tradições, da cultura e literatura deles: uma violência simbólica, aliada e cúmplice da violência política.

Introduzido por Paul Valéry¹⁸, o conceito de *política do espírito* tem o sentido altamente positivo de "bem supremo da nação"; ela foi considerada durante todo o século XX o "caminho régio"¹⁹ dos estudos acadêmicos e só recentemente nasceu a consciência de que se trata do que se chama hoje em dia violência simbólica, inerente a uma visão do mundo (e da literatura e história) deturpada por interesses políticos e lutas pelo poder. Finalmente, bem no final do século XX já, numa série de 15 aulas proferidas na instituição mais prestigiosa da França, o Collège de France, publicadas com o título 'O que é um intelectual?', foi o sociólogo/politólogo alemão, Wolf Lepenies²⁰, que desconstruiu radicalmente os fundamentos falsos e efeitos perversos dessa política do espírito propagada a partir dos departamentos de Letras e generalizada em todos os níveis do ensino formal.

Aliás, a relação entre política e ciência, a intricação de interesses políticos e práticas e teorias científicas e, por conseguinte, do poder político e da historiografia e literatura nacionais, já foi denunciada, nos anos 50, pelo grande erudito austríaco, Leo Spitzer (1887-1960), historiador, filólogo e teórico da literatura. Spitzer questionou o silenciamento e a deformação das vozes do passado por uma historiografia scriptocêntrica na altura em que Ernst Robert Curtius publicou *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, um estudo sobre as origens e fontes das literaturas europeias que Curtius situava na literatura (escrita) da Idade Média latina²¹. Apogeu do scriptocentrismo positivista, o estudo de Curtius é considerado até hoje um dos grandes clássicos da historiografia da literatura medieval.

Porém, na mesma altura foram descobertas na Península ibérica as *jarchas/kharjas*²², fragmentos de canções de mulheres medievais em língua *romance*, inseridos em longos textos mais filosóficos em prosa e em árabe. Essas canções de mulheres são muito parecidas com as cantigas de amigo paralelísticas galego-portuguesas (e indo-europeias em geral), mas a sua autoria foi atribuída automaticamente aos autores que assinaram os textos filosóficos em árabe,

¹⁷ Hereditariamente, a escrita é latina; a palavra *grammatica* refere explicitamente a isso. Ao latim e às formas de saber que ele perpetua estão ligados a autoridade dos clérigos, o seu poder, a sua razão de ser. Ao invés, as línguas vernáculas pronunciam as palavras trazidas pela voz profunda; ao ressonar no coração da experiência vivida, são elas que veiculam as palavras fundadores das comunidades humanas reais. (op.cit. 1984:55)

¹⁸ Paul Valéry, *La politique de l'esprit, notre souverain bien*, Ed. da Universidade de Manchester, Manchester, 1941. Inicialmente foi uma conferência pronunciada em 1932, reproduzida também em *Variétés III*, 1936. Na edição da Pléiade, Tomo 1, pp. 1014-1040

¹⁹ A expressão é de François Mitterrand (1916-1996) que foi presidente da França de 1981-1995

²⁰ Wolf LEPENIES, *Qu'est-ce qu'un intellectuel européen ? – 15 leçons données au Collège de France*, Paris, Seuil, 2007

²¹ Ernst Robert CURTIUS, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Ed. Francke, Bern, 1948

²² Samuel STERN, 'Les vers finaux en espagnol dans les muwassahs hispano-hébraïques', *Al-Andaluz*, 13 (1948) : 299-346 e Samuel STERN, *Les chansons mozarabes*, Palermo, 1953 (2a ed., Oxford, 1964)

nos quais eles inseriram esses fragmentos – hoje em dia diríamos *citações* – de canções de mulheres ! Spitzer critica violentamente os críticos e eruditos da época que rejeitaram qualquer alusão a uma origem desses fragmentos de canções na oralidade, denunciando o posicionamento pouco científico dos colegas que, a seu ver: “refleja la postura sociológica del erudito del siglo XIX, su resentido desvío de la masa del pueblo y su recelosa defensa de una posición social que siente comprometida y en peligro, más bien que la verdad sobre la poesía medieval.”²³

Como disse Zumthor no fragmento citado acima, o conflito entre o mundo da oralidade e o da escrita, entre um saber/conhecimento baseado na realidade da vida, na sua experiência e observação e o saber trazido pelos livros e a ciência livresca, teve como base e razão de ser, desde os clérigos - precursores do intelectual moderno - da Idade Média e desde o primeiro capítulo das nossas histórias das literaturas nacionais, um conflito político entre classes sociais, entre elite e povo, entre privilegiados e oprimidos, entre a palavra inventada do poder oficial e a voz real de um contra-poder radicado na experiência da vida das pessoas e comunidades.

Conclusão

Quem assistiu aos debates no campo dos estudos medievais das últimas décadas ou participou de congressos e encontros de especialistas de literatura medieval, sabe como tem sido difícil, penoso e traumatizante o confronto deles com o discurso pós-modernista. Os medievistas da minha geração - homens e mulheres - que tentaram promover essas ideias críticas se lembram todos das humilhações, difamações e ridicularizações – na tradição iniciada por Joseph Bédier desde o começo do século XX – com as quais os detentores do discurso oficial, os nossos professores e colegas, tentavam silenciar as vozes novas, excluindo-as de carreiras acadêmicas e ridicularizando-as nos congressos e encontros.

Porém, a releitura ou “revision from a new critical dimension” de que fala Adrienne Rich como estratégia das releituras dos textos de outrora pode, hoje em dia, basear-se num conjunto de perspectivas críticas, cuja combinação e interação fornecem bases críticas coesas e sólidas para uma releitura dos textos da literatura medieval e da sua historiografia, trazendo ao mesmo tempo os materiais necessários para a análise crítica dos métodos e práticas daqueles intelectuais que nos séculos XIX e XX, ao serviço de interesses políticos e individuais, transformaram os textos e a sua história em mito.

Lembremos que a “verdade sobre a poesia medieval” que já procurava Leo Spitzer ia despedaçar dois tabus ciosamente salvaguardados pelos detentores do discurso oficial, o da oralidade como base e fonte do texto medieval e, conseqüentemente, o da voz das mulheres na sua atuação como agentes culturais da sua comunidade.

Para os estudos de gênero, o debate sobre oralidade e escrita trouxe uma visão fundamental, a de que as tradições orais do mundo indo-europeu evoluíam segundo duas trilhas ao mesmo tempo paralelas e divergentes. Relacionadas com a divisão do trabalho econômico entre os sexos existia, de um lado, a tradição dos homens, predominantemente poesia épico-narrativa, organizada em torno da epopéia e da genealogia e, do outro lado, a das mulheres: os gêneros lírico e narrativo, organizados em torno da poesia de amor e do conto. Ao repor no palco a tese das origens orais, no momento em que Curtius publicou a sua tese das origens

²³ Leo SPITZER, ‘The Mozarabic Lyric and Theodor Fring’s Theories’, in *Comparative Literature*, 1952, IV: 1-22

latinas, escritas e masculinas das literaturas medievais, Spitzer, implicitamente, confirmava tanto a hipótese da sua origem regional, quanto a de uma autoria feminina das *kharjas* que são fragmentos, como as cantigas de amigo, da tradição indo-europeia da canção de mulher.

Redigir no século XXI a nova historiografia da literatura medieval no mundo ocidental, é uma missão urgente, complexa e apaixonante. Ao reaproveitamento e releitura, de um lado, do que houve de bom nos estudos do passado, tais como a perspectiva comparatista, internacionalista dos estudos de folklore e o imenso tesouro deixado pela sua pesquisa de campo nos séculos passados, à releitura desse patrimônio riquíssimo associar-se-ão as visões novas, críticas dos debates pós-modernistas e dos movimentos culturais, regionalistas, pós-nacionalistas dos últimos décadas.

Essa nova historiografia multifacetada, ao rehabilitar a voz humana, a oralidade, como fonte e base, começará com duas linhas de trilhos paralelos, a masculina e a feminina, as duas profundamente radicadas no que Paul Zumthor chamava "o coração da experiência vivida" e por isso mesmo, com gêneros, vozes e ritmos diferentes. A combinação da história e evolução dos trilhos e interações das duas vozes com a história das tecnologias da informação e da comunicação vai permitir desconstruir a visão convencional e os produtos das atividades científicas baseadas nela, descamar o imenso palimpsesto que oculta a realidade e verdade medievais.

Vai ser a história do silenciamento progressivo mas nunca definitivo da voz da mulher e as suas estratégias de ressurgimento em contextos patriarcais e políticos cada vez mais opressivos, paralelamente com a lenta e progressiva construção do mito da voz única, masculina e de um discurso científico que a alicerça e universaliza. Essa história permitirá mostrar também como, no decorrer dos séculos, a voz masculina da oralidade, ela também porta-voz e expressão do "coração da experiência vivida" e da visão e filosofia da comunidade tradicional, ia ser – ela também - cada vez mais marginalizada, perseguida, alterada e asfixiada ao ritmo das inovações tecnológicas, apropriadas por novas classes sociais, cujos representantes tais como clérigos, escritores e intelectuais substituíram progressivamente as palavras fundadoras das comunidades humanas – tanto as dos homens quanto as das mulheres- por um saber livresco, alheio e pretensamente universal.

Para as mulheres, a nova historiografia traz a perspectiva fascinante e libertadora de poder aventurar-se, longe das fantasmagorias do mundo acadêmico oficial, além dos confinamentos impostos por seus discursos imponentes, interesseiros e politizados, nos caminhos e trilhos que levarão à redescoberta de vozes de mulheres e de homens que só aparentemente se silenciaram. Dentro desse novo contexto, a releitura crítica de práticas, métodos e pressupostos dos estudos convencionais da ciência da literatura medieval parece uma das tarefas urgentes para abrir o acesso a esses patrimônios de vozes diferentes e reveladores de emoções, sentimentos, conhecimentos, saberes e sabedorias, verdades e visões que desde sempre e até hoje em dia trazem palavras fundadoras de experiências vividas e de tradições múltiplas que uma "ordem do discurso" oficial e única tentou asfixiar.

RECEBIDO EM 10-07-2015

ACEITO EM 10-08-2015